SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/08/2015 - Sinttel-ES

Telemont/Oi: Sinttel não colocará mesma proposta em votação

Diante dos bopatroes-granaatos e fofocas que circulam e da pressão que a empresa vem fazendo sobre os/as empregados/as, o SINTTEL informa que não levará para apreciação dos/as trabalhadores/as a já RECUSADA proposta de acordo coletivo, avaliada por todos de norte a sul do Estado, no mês de julho.

Essa é uma decisão do Sindicato, o representante legítimo dos trabalhadores, objetivando defendê-los dos baixos salários e da precarização crescente imposta pelas empresas prestadoras de serviços no setor de telecomunicações.

As reuniões com a Telemont/Oi – quatro realizadas – não trouxeram avanço algum para os/as empregados/as. Os reajustes salariais são uma miséria, se comparados aos que vem sendo praticados na Convenção Coletiva das Prestadoras de Serviço, aprovada no mês de junho. A Telemont/Oi não quer fazer parte desse conjunto de empresas que pagam salários maiores do que quer impor neste momento de negociação coletiva, em que o que for decido valerá por mais um ano.

Depois de ver sua proposta rejeitada, estrategicamente, a Telemont/Oi maquiou sua oferta. Deu um reajuste diferenciado apenas para a função do Multiskill, que atinge somente um grupo dos seus empregados, em detrimento de uma imensa maioria. Só isso não é suficiente para que se volte à categoria e peça para ela apreciar novamente uma proposta igualzinha.

O SINTTEL não vai compactuar com as perdas já existentes, e outras que virão, se aceitar a pressão da empresa. O único objetivo da Telelomt/Oi é aumentar ainda mais a exploração de sua mão de obra. É dever do Sindicato defender os associados e todos aqueles que de uma forma ou de outra forem atingidos pelos acordos firmados pela entidade sindical. Se o Sindicato aceitasse essa artimanha da empresa, poderia ser questionado pelo Ministério Público do Trabalho. E qualquer trabalhador/a poderia denunciar o Sindicato por não defender os seus direitos.

É preciso calma

O SINTTEL pede à categoria que se mantenha unida e disposta a ir à luta. Vamos encaminhar algumas decisões, mas precisamos de mais tempo e a confiança dos/as trabalhadores/as. Aguente a pressão e não vamos perder a expectativa de obtermos um resultado melhor para todos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/08/2015 - Telesíntese

Acabar com outorga de banda larga e licença de Wifi para os pequenos

A Anatel vai deixar de exigir licença prévia para a prestação de serviço banda larga, construção de rede de cabo ou fibra e instalação de antena WiFi para os pequenos operadores com até cinco mil clientes.

O conselho diretor da Anatel aprovou hoje, 27, o lançamento de consulta pública, por 60 dias, de novo regulameto de radiação restrita, que deixará de exigir a outorga prévia, o licenciamento das estações de equipamentos de radiação restrita (entre eles, as antenas de WiFi) para operadoras com até 5 mil clientes. A agência deixará também de conceder outorga prévia para essas pequenas empresas que quiserem prestar o serviço de banda larga fixa (SCM) e SLP (serviço limitado privado).

Ficam isentos de outorga prévia os pequenos operadores de telecom que construírem redes físicas de cobre ou fibra (ou meios confinados). "Estamos criando assimetrias regulatórias que atenuam as cargas das pequenas prestadoras de serviço, retirando uma série de ônus para os pequenos empreendedores", afirmou o conselheiro Rodrigo Zerbone.

Mas ele explica que a inexistência de outorga prévia não irá eximir as empresas de atenderem as condições dos regulamentos da Anatel e os requisitos e deveres estabelecidos na lei. Entre eles, deverão ser cumpridos o Código de Defesa do Consumidor, as condições de uso de frequências, as regras de certificações dos equipamentos e o regulamento do serviço de SCM (banda larga fixa) e SLP (serviço privado).

A agência pretende fazer uma audiência pública durante o prazo da consulta pública.

27/08/2015 - Telesíntese

Brasil ativou 56 milhões de acessos banda larga em um ano

Modalidade móvel é responsável pela maioria dos acessos, com 38% de crescimento em relação a julho de 2014.

O Brasil fechou o mês de julho com 221,3 milhões de acessos em banda larga, o que representou um crescimento de 34% frente a julho de 2014. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), em doze meses, 56 milhões de novos acessos foram ativados, ao ritmo de duas novas conexões por segundo.

A banda larga móvel, pelas redes de 3G e 4G, liderou a expansão dos acessos à internet, chegando em julho a 196,4 milhões de conexões, com 38% de crescimento em relação a julho de 2014. A banda larga pela tecnologia de quarta geração (4G) fechou julho com 14,7 milhões de acessos.

Na banda larga fixa, os acessos somaram 24,9 milhões em julho. Desse total, 1,6 milhão de conexões foram ativadas no período de doze meses, com crescimento de 6,7%. A rede fixa chega a 100% das cidades. A expansão também se deu na cobertura das redes de banda larga móvel, ativada em 474 novos municípios, no período de doze meses. Ao todo, as redes de terceira geração estão instaladas em 4.230 municípios, onde moram 94% dos brasileiros. O 4G já chega a 189 cidades, que concentram 46% da população brasileira.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/08/2015 - CUT

Lei de Cotas já garantiu 150 mil vagas para estudantes negros em três anos

O objetivo é atingir 50% em 2016, diz a Seppir

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) divulgou nesta quarta-feira (26) um estudo sobre a Lei Nacional de Cotas, que garante metade das vagas em universidades e institutos federais. De acordo com a secretaria, a lei já garantiu a matrícula de 111.668 estudantes negros em dois anos.

Segundo as estimativas da Seppir, até o final de 2015, essa medida deve ofertar aproximadamente cerca de 150 mil estudantes negros até o final de 2015.

No próximo dia 29, o programa completará três anos de existência, resultado de uma longa mobilização do movimento negro no Brasil. Entre 2013 e 2014, a lei está sendo cumprida em 128 instituições federais que aderem ao sistema de cotas raciais e, segundo o estudo, as metas estabelecidas estão sendo atingidas antes do resultado do que era previsto.

De acordo ainda com o levantamento, em 2013 o número de cotistas foi de 33%, e aumentou para 40% em 2014. O objetivo é atingir 50% em 2016, diz a Seppir. O número de estudantes negros que ingressam no ensino superior também teve um crescimento significativo: 2013 foram 50.937 vagas e 60.731 em 2014.

A política de ações afirmativas é uma antiga demanda do movimento negro, e a políticas de cotas é tida como reparações históricas por opressões e exclusões do povo negro desde a escravidão.

"Em três anos a Lei de Cotas nas Universidades provou ser um instrumento eficaz para reduzir as desigualdades existentes na sociedade. A medida permitiu o ingresso no ensino superior de jovens que normalmente não teriam essa chance", argumenta a ministra da Seppir, Nilma Lino Gomes.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional por unanimidade as medidas afirmativas, em julgamento histórico.

Como funciona a lei

A lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição.

A norma também garante que, das vagas reservadas a escolas públicas, metade será destinada a estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/08/2015 - Vermelho

Centrais, empresários e governo debatem PPE em audiência do Congresso

Centrais sindicais, representantes do governo, de empregadores e parlamentares participaram de audiência da comissão mista que analisa a MP 680/2015, que trata da criação do chamado Programa de Proteção do Emprego (PPE), nesta quarta-feira (26).

Na reunião, o economista Clovis Scherer, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentou uma análise do programa que pretende evitar a demissão nesse período de crise econômica.

Segundo o economista, a proposta iniciar do PPE não reduz a renda do trabalhador "tanto como nos casos de suspensão temporária do contrato de trabalho e seguro-desemprego", mas apontou que, embora seja importante para preservar o emprego, o programa não promove o crescimento econômico.

"Para o governo, a vantagem é que evita saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e mantém as contribuições do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], o que compensa os gastos com o FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador]. E as empresas que aderirem terão o custo com os trabalhadores diminuído", ressaltou.

Juros altos e o desemprego

O representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Pascoal Carneiro, disse que a inciativa de proteger o emprego é importante, mas reivindicam medidas complementares que assegurem o emprego, os direitos e a retomado do desenvolvimento.

"O trabalhador garante o emprego pelo período do acordo, mas tem uma redução de salário. Quando você reduz salário, você retira dinheiro da economia, do consumo interno. É preciso que o governo pense numa política de juros menor", defendeu o sindicalista.

O PPE é uma proposta apresentada pelo governo da presidenta Dilma Rousseff como medida para conter os efeitos da crise econômica junto ao mercado de trabalho. A proposta encaminhada em forma de medida provisória permite que empresas, em comum acordo com os trabalhadores, reduzam a jornada de trabalho em até 30% e os salários, em 15%, por tempo determinado, desde que não efetuem demissões no período.

Ainda de acordo com a proposta, o governo federal bancará uma complementação para os trabalhadores, equivalente à metade da redução salarial, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Até agora, a MP já recebeu 175 emendas.

O governo federal enviou ao Congresso Nacional Medida Provisória criando o Plano de Proteção ao Emprego, que permite que empresas, em comum acordo com os trabalhadores, reduzam a jornada de trabalho em até 30% e os salários, em 15%.

Com o forte lobby dos patrões no Congresso Nacional, a CTB e demais centrais tem manifestado preocupação com o que pode ser aprovado pelos parlamentares. Até agora, a MP já recebeu 175 emendas.

A preocupação parece justa. A oposição tucana, seguindo o princípio do quanto pior melhor, tem defendido o lobby patronal de aumento das demissões e redução salarial. O senador e candidato derrotado nas urnas, Aécio Neves (PSDB-MG) tem defendido que reduzir os salários em "trinta é pouco".

Aécio propõe que a redução da jornada de trabalho possa ser de até 50%, sendo que a redução salarial acompanharia o mesmo percentual, ou seja, que as empresas também possam reduzir os salários dos trabalhadores em até 50%.

Audiências públicas

Na sessão desta quarta (26) foram aprovados requerimentos para a realização de diversas audiências públicas com o objetivo de ouvir sugestões para o aperfeiçoamento da matéria.

Leia mais em:

http://www.vermelho.org.br/noticia/269513-1

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/08/2015 - Rede Brasil Atual

Bancos e grandes corporações são 'os donos da crise mundial'

Problemas que ameaçam países hoje são causados pela "financeirização" e por interesses das grandes corporações que controlam a economia do planeta, afirma o economista Ladislau Dowbor

"Temos todo o necessário hoje para construir um mundo que faça sentido. O problema não é falta de recursos, é falta de governança." Assim o economista Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, iniciou palestra ontem (26) em congresso internacional realizado pela Fundacentro, Alal (Associação Latinoamericana de Advogados Laboralistas) e Ministério Público do Trabalho (MPT), que ocorre na Faculdade de Direito da USP.

Ele foi enfático ao discorrer sobre as origens e responsabilidades pela atual crise econômica mundial. "A totalidade das chamadas commodities – grãos, petróleo, gás e minérios – está nas mãos de 16 tradings globais", disse, ao referir-se à queda nos preços desse segmento nos últimos 12 meses. "Quando se pensa que os principais bens do planeta estão com 16 corporações, vemos que há um controle da economia mundial sem que se tenha um governo mundial."

O professor citou estudo do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, segundo o qual 737 empresas controlam 80% do sistema corporativo mundial. "Isso é gente que se conhece, nem precisa se procurar para conspirar. Trata-se de um verdadeiro oligopólio planetário, e 65% desse sistema corporativo é formado por bancos."

Para Ladislau, esse controle e financeirização da economia resultou em uma dinâmica que hoje multiplica um sistema de quebradeira nos mais variados países: "O que hoje está acontecendo na Grécia, antes aconteceu no sudeste asiático e, antes disso, no México, e também já aconteceu na Argentina".

Com essa introdução sobre economia mundial, o professor abordou os desafios à consolidação do estado social democrático na América Latina, tema em debate na tarde de terça-feira 25, até sexta-feira 28. Também participou da mesa o ex-ministro de Relações Exteriores Celso Amorim.

Investidas conservadoras ameaçam autonomia da América Latina, diz Amorim

"Contribuição" dos bancos

Ladislau Dowbor destacou o papel dos bancos na crise brasileira, a partir de dados do Banco Central sobre o endividamento das famílias, que em 2005 correspondia a 19,3% da renda e em abril último pulou para 46,5% da renda. "Isso trava a economia",afirmou, lembrando os exorbitantes juros bancários no país. "Um crediário no Brasil tem 100% de juros, na Europa é 13%. O rotativo do cartão de crédito alcança em média 300% ao ano. O cheque especial no Brasil chega a 200% ao ano, enquanto que na Espanha é 0% até seis meses. Hoje temos mais de R$ 20 bilhões empatados em dívidas de gente que está pagando cheque especial. Ou seja, crediários, cartões de crédito e juros bancários para pessoa física travam a demanda, pois o comprador paga em dobro pelo produto, assim endivida-se muito comprando pouco."

Ele também criticou os altos juros para pessoas jurídicas. "Para completar esse quadro, a alta da Selic provoca a transferência de centenas de bilhões dos nossos impostos para os bancos, o que trava a capacidade do Estado de investir em infraestrutura e expandir políticas sociais", disse, referindo-se aos títulos da dívida pública, indexados pela taxa básica, a Selic. "Assim completa-se o quadro dessa bandidagem absolutamente fenomenal que está drenando recursos do nosso país."

Leia mais em:

http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/08/para--ladislau-dowbor-bancos-e-grandes-corporacoes-sao-os--responsaveis-pela-crise-7186.html